

ATA DA **85ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ INTERSETORIAL DA POLÍTICA MUNICIPAL PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA**, REALIZADA NO DIA 01 DE JUNHO DE 2021, NA PLATAFORMA ONLINE GOOGLE MEETS – COM A PRESENÇA DOS **MEMBROS TITULARES**: Giulia Patitucci (SMDHC), Adriano Marques Camargo (SMADS), Maria Luiza Franco (SMS), Sergio Ferreira (SMSU), Lucas Amaral (RPR), Robson Mendonça (RPR), Alderon Costa (Rede Rua), Darcy Costa (MNPR); **MEMBROS SUPLENTE**S: Maria Luiza Burgareli (SMDHC), Fabiana da Silva Pires (SMS), Maria Lisabete (SMADS), Marcelo Romão (IBECEI); **PARTICIPANTES**: Beatriz Calheta Silva, Edilene R Castro, Katia Amirati, Cleiton Ferreira (É de Lei), Priscila Silva, Eri Ishimoto, Andrea Amattos, Renatinho Sena, Andreia Correia Menezes, Paula Santos, Aurora Fernandes, Julia Lima, Carolina Iara de Oliveira, Wilherson Luiz, Marcos Souza Silva, Rosiene Silvério, Heluiza Rodrigues, Bruna Oliveira.

A Sra. **Giulia Patitucci** (SMDHC) abriu a reunião propondo a aprovação das atas anteriores, ao que a sra. **Julia Lima** aponta que não foram enviadas para todos os presentes na reunião anterior. Assim, a sra. **Giulia Patitucci** (SMDHC) postergou a aprovação das atas para a reunião seguinte e iniciou a apresentação com o retorno dos encaminhamentos anteriores, sendo estes os seguintes:

1. Eleição do Conselho Gestor do Centro de Promoção e Defesa dos Direitos da População em Situação de Rua, que ocorrerá na presente reunião;
2. Envio de documento com sugestões sobre o Programa de Metas, que se encontra em tramitação.
3. Envio de carta elaborada pelos conselheiros e ata das reuniões para as Secretarias, que foi realizado.
4. Atualização sobre ofício para SEHAB referente ao programa “Pode Entrar”, que se encontra sem novas informações. No entanto, a sra. **Giulia** esclareceu a história de formação deste programa mencionado acima - com sua criação pelo CMH na resolução 132/19, decreto municipal 59.145/19 e instrução normativa 1/2020- e apontou que o jurídico da SEHAB exigiu uma lei para a criação do programa. Prosseguiu explicando que uma minuta para a lei fora criada e aprovada pelo CMH e deve ser enviada para a câmara municipal em breve, sendo esta a situação atual.
5. Atualização sobre ofício de pedras sob viadutos - não houveram atualizações..
6. Encaminhamento dos dados apresentados pela SMADS por e-mail para o Comitê população em situação de rua, que se encontra na ata da 84ª reunião ordinária.

A sra. **Julia Lima** cobrou se o mapeamento das pedras sob viadutos não seria uma atribuição da SMDHC, ao que a sra. Giulia esclareceu que seria uma atribuição da zeladoria, visto que a ação de remoção é executada por esta equipe. O sr. **Adriano** (SMSUB) apontou que não poderia fazer uma manifestação oficial ou tomar compromisso sem antes alinhar com seu superior,

ao que todos concordaram. A sra. **Giulia** propôs que conversassem com seus superiores para organizar o mapeamento. A sra. **Julia Lima** (Gabinete do Vereador Suplicy) apontou que na época em que a discussão surgiu, houve o entendimento de que o mapeamento seria feito por parte da SMSUB.

A sra. **Giulia** prosseguiu com informes:

1. No dia da reunião 3.005.235 refeições foram entregues pelo programa Rede Cozinha Cidadã Poprua e um relatório de impacto do projeto com restaurantes e motoristas estava sendo elaborado, ao que adicionou a importância da colaboração de SEAS e consultório de rua para identificar quem tem acessado as marmitas e contribuir com o mapeamento.

A sra. **Roseli** apontou que já estava fazendo um cadastro de quem está solicitando alimentação nos pontos de distribuição e propôs colaboração com relatório da Cozinha Cidadã. Também manifestou sua preocupação com a vacinação da equipe recém contratada para a distribuição das marmitas. O Sr. **Robson** fez uma fala reconhecendo a importância do projeto e dizendo que estão contentes com a qualidade e com a temperatura das refeições oferecidas. O Sr **Alderon** pontuou por mensagem que concorda com a melhoria da qualidade das refeições oferecidas. O Sr. **Cleiton** comentou também sobre a melhora da qualidade das marmitas da região central e apontou que pessoas além da população em situação de rua estão pegando marmitas e demonstrou preocupação com a vacinação da equipe de entrega. A Sra. **Giulia** informou que as entidades que fazem a distribuição não são diretamente vinculadas à prefeitura e infelizmente não podiam ser vacinadas no momento da reunião de acordo com o programa de vacinação.

Sra. **Giulia Patitucci** (SMDHC) prosseguiu com informes:

1. Com relação ao fluxo de denúncias por conta de ações da Zeladoria Urbana, será concentrado na ODH, que, por sua vez, fornecerá um relatório.

Informou que no dia 16/06 haverá formação fechada na Lapa com equipes de SEAS, Consultório na Rua e Zeladoria Urbana e precisavam da participação de um conselheiro da sociedade civil para a atividade. O sr. **Lucas** (RPR) manifestou interesse em participar da formação mencionada. O Sr. **Alderon** (RPR) pontuou a importância da prioridade da participação de conselheiros com trajetória de rua na participação. Os conselheiros Lucas, Cleiton, Roseli, Átila e Robson manifestaram interesse em participar das formações através do Comitê Pop Rua. A Sra. **Maria Luiza Burgareli** (SMDHC) esclareceu os apontamentos trazidos pela Sra. **Julia Lima** que o calendário de formações foi discutido e apresentado no âmbito da reunião do subcomitê de Zeladoria Urbana, sendo, a cada mês, uma atividade de formação com uma nova subprefeitura e uma atividade de retorno com os participantes da atividade de formação do mês anterior.

O Sr. **Wilherson Luiz** reiterou a importância da presença de população em situação de rua nas formações, mas apresentou sua opinião de que aspectos técnicos da Zeladoria Urbana são mais importantes para a formação, considerando que as equipes de ZU muitas vezes não dominam os

recursos legais possíveis de serem acionados ou mesmo suas atribuições e limitações legais. Relatou uma situação na Mooca em que uma pessoa em situação de calçada com transtorno mental já acompanhado pela SMS costumava ter embates frequentes com equipe da zeladoria urbana e não havia identificação e preparo desta equipe para lidar com a fragilidade deste caso - sendo esta sobreposição de situação de rua com transtorno mental algo bastante frequente. Apontou que uma questão central da formação deve ser a organização de maior diálogo entre equipes que lidam com população em situação de rua para o maior e melhor treinamento, atendimento e zelo pelos direitos humanos.

A Sra. **Giulia Patitucci** (SMDHC) agradeceu a fala do Sr. **Wilherson** e abriu para a primeira pauta da reunião: 1) eleição do conselho gestor do CPD população em situação de rua. Apresentou o formato do Conselho do CPD, sendo uma vaga para titular e uma para suplente para cada uma das categorias apresentadas a seguir:

1. Representantes do Serviço:
 - a. Organização Gestora
 - b. Representante do Governo
2. Representante da Sociedade Civil:
 - a. Organização Social
 - b. Representante da População em Situação de Rua

O Sr. **Alderon** (Rede Rua) manifestou interesse em se candidatar como suplente e lembrou da manifestação prévia do sr. **Darcy** (MNPR) em reunião anterior. A Sra. **Roseli** (RPR), o Sr. **Robson** (RPR) e o Sr. **Átila** (RPR) manifestaram interesse em participar do CG-CPD. Com discussão, o Sr. **Robson** (RPR) retirou sua candidatura e a Sra. **Roseli** (RPR) assume a titularidade e o Sr. **Átila** (RPR), a suplência. Desta forma, ficam definidos os seguintes cargos para o Conselho Gestor do Centro de Promoção:

1. Representante da Sociedade Civil:
 - a. Organização Social
 - i. Titular: **Darcy da Silva Costa**
 - ii. Suplente: **Alderon Pereira da Costa**
 - b. Representante da População em Situação de Rua
 - i. Titular: Sr. **Roseli Kraemer Esquillaro**
 - ii. Suplente: **Átila Robson Pinheiro**

A sra. **Giulia** (SMDHC) abriu a segunda pauta, de criação da Comissão Eleitoral para as Eleições do Comitê PopRua. A Sra. **Maria Luiza Burgareli** (SMDHC) reiterou a impossibilidade de haver uma segunda reeleição como conselheiro, assim como a impossibilidade de candidatura daqueles que compuseram a Comissão Eleitoral. A composição será de 3 representantes do governo e 3 representantes da Sociedade Civil. A sra. **Giulia Patitucci** (SMDHC) consulta se há interesse na reeleição por parte dos atuais conselheiros elegíveis e unanimemente há interesse em reeleição. A

sra. **Julia Lima** sugeriu consultar todos os conselheiros presentes na reunião e a sugestão foi acatada. A sra. **Roseli** (RPR) apontou que os conselheiros frequentemente ausentes não deveriam ser elegíveis. A sra. **Giulia Patitucci** (SMDHC) reconhece a importância da fala da sra. **Roseli**, mas reitera que, por conta do modelo excludente virtual, este critério tem validade questionável. O Sr. **Átila** (RPR) reitera que esta exclusão impossibilitou especialmente a participação dos conselheiros representantes da população em situação de rua. Desta forma, é definido o encaminhamento de entrar em contato com todos os conselheiros ausentes para prosseguimento da pauta na reunião seguinte.

A Sra. **Giulia Patitucci** (SMDHC) abre a 3ª Pauta, referente a saúde. A Sra. **Maria Luiza** (SMS) iniciou a apresentação da reiterando a estrutura e fluxo de atendimento, ao que a Sra. **Fabiana** (SMS) pontuou alguns aspectos da estrutura do atendimento. Com relação ao atendimento à população em situação de rua, apresentaram que tem 26 equipes de Consultório na Rua distribuídas em 6 coordenações. Seguiu para atualização dos dados da Saúde:

1. De abril de 2020 a abril de 2021, foram confirmados 592 casos de população em situação de rua com COVID.
2. Foram realizadas:
 - a. 234.037 abordagens
 - b. 148.671 consultas multiprofissionais
 - c. 395.009 questionamentos.
3. Houve neste período 45 óbitos de população, dentre estes, 37 do sexo masculino (21 idosos) e 8 do sexo feminino. Com relação à região: houve 18 óbitos na CRS Centro, 13 na CRS Sudeste, 7 na CRS Norte, 5 na CRS Oeste e 2 na CRS Leste.
4. 2.134 idosos em situação de rua foram vacinados desde o início da operação em 12/02/2021.
5. Até 25 de maio foram 16.012 vacinações, sendo:
 - a. 1ª dose: 10.288
 - b. 2ª dose: 5.524
6. Informou que desde o início da operação Baixas Temperaturas (30/04/2021), houve um grande atendimento das 7h às 22h, sendo 20.685 - maior que as abordagens- e que o atendimento envolve atendimento qualificado com avaliação da vulnerabilidade à hipotermia.
 - a. Sendo 17.157 avaliados como vulneráveis a hipotermia e 272 avaliados com hipotermia.
 - b. O Samu foi chamado em 263 casos.
 - c. 10.962 pessoas recusaram ir para CAs após o atendimento da Saúde e 708 aceitaram o direcionamento.
 - d. 15.660 dos atendidos eram do sexo masculino e 3.818 do sexo feminino.
 - e. Até o momento, não foram registrados óbitos no âmbito da Operação Baixas Temperaturas.

A Sra. **Giulia Patitucci** (SMDHC) agradeceu a fala da Sra. **Maria Luiza** (SMS) e abriu para perguntas.

A Sra. **Roseli** pontuou a existência de diversas cracolândias na cidade para além do centro e que o consultório de rua se concentra apenas na região central. Apresentou a necessidade de atendimento nas periferias, onde não há CAPS e atendimento da SMADS suficiente. O Sr. **Renato Sena** apresentou repúdio ao nome “redenção”, denunciou a incompetência do poder público de lidar com o nomadismo da população em situação de rua, sempre requisitando um ponto fixo de referência. Apresentou compreensão à população em situação de rua que se recusou a ir ao CA, após diversas experiências pessoais de abusos dentro dos CAs. A Sra. **Carolina Iara** (Bancada Feminista do PSOL) chamou atenção a pequena equipe do Consultório de Rua ante a demanda enorme e questionou se há o número de testes laboratoriais realizados em população em situação de rua para identificar COVID-19. Perguntou quais os serviços disponibilizados pelo Baixas Temperatura e quais as ações específicas para pessoas trans em situação de rua. Se disponibilizou para colaborar na criação de estratégias.

A Sra. **Maria Luiza** (SMS) iniciou sua resposta dizendo que a COVISA está avaliando a possibilidade de vacinar população em situação calçada e estava sendo aguardado o retorno. Com relação a cracolândias fora do centro, a situação é reconhecida pela SMS e o consultório de rua tem trabalhado em conjunto com o CAPS, frisando que são 26 equipes mais 6 equipes do projeto redenção. Concorda com a necessidade de ampliação do Consultório de Rua. Com relação ao nome redenção, sugeriu que a população em situação de rua se posicione via ofício. O Sr. **Renato Sena** questionou a Sra. **Maria Luiza** (SMS) com relação ao treinamento para atender a população em situação de rua nas UBSs e a Sra. **Maria Luiza** (SMS) disse que esta situação está sendo tratada com urgência. A Sra. **Fabiana** (SMS) apontou a dificuldade de garantir a vacinação da 2ª dose por conta do nomadismo da população em situação de rua, como apresentado pelo Sr. **Renato Sena**. A Sra. **Maria Luiza** (SMS) reiterou a fala da Sra. **Fabiana** (SMS), e direcionou sua fala às questões da Sra. **Carolina Iara**, que disse que existe o levantamento de quantos testes foram aplicados e se dispôs a disponibilizar a informação. Confirmou também a existência de estratégias para atender a população trans em situação de rua. A Sra. **Giulia Patitucci** (SMDHC) recomendou que o tema de atendimento à população de rua LGBTQI+ pode ser uma pauta específica para reuniões futuras.

A Sra. **Rosiene Silvério** inaugurou o bloco seguinte de perguntas, ao que fez coro a sugestão da Sra. **Fabiana** (SMS) de organizar a população em situação de rua para se contrapor ao nome redenção. A Sra. **Julia Lima** apresentou as seguintes questões: 1. preocupação com o baixo número de testagem da população em situação de rua mencionado pela Sra. **Fabiana** (SMS), 2000 testes; 2. Como é o controle de casos de população em situação de rua atendida em hospitais, e não pelo Consultório na Rua?; 3. Pergunta qual a base de dados usada para identificar a quantidade de população em situação de rua em situação de calçada, dada a desatualização do Censo 2019; 4. Se há previsão de vacinação de Influenza para população em situação de rua; 5. Pediu por ofício os dados de vacinação separados por pessoas acolhidas e pessoas em situação de rua; 6. Pediu o dado do motivo pelo qual a população em situação de rua se recusa a ir para CAs após ser atendida

pelo Baixas Temperaturas; 7. Se há o dado de quantos e quais trabalhadores que trabalham com população em situação de rua foi vacinado; 8. algo mudou com relação ao fluxo de atendimento aos convalescentes; 9. Perguntou se o consultório de Rua tem algum canal direto para solicitar vagas em CA além do 156; 10. Se há previsão de abertura de SIATs na Vila Leopoldina; e 11. Pediu acesso aos relatórios da SMADS. O sr. **Lucas** (RPR) pediu esclarecimento sobre o fluxo de atendimento para população em situação de rua convalescente e exigiu maior atendimento de consultório de rua na região norte. Sugeriu um estudo interno por parte dos conselheiros sobre a demanda por serviços para população em situação de rua no município. O sr. **Alderon Costa** (Rede Rua) fez coro à fala da Sra. **Júlia Lima**, e apontou que o número de atendidos entre homens e mulheres não fecha a conta total. O Sr. **Robson** (RPR) parabenizou o trabalho do consultório na rua e clamou pela urgente expansão deste projeto.

A Sra. **Giulia Patitucci** (SMDHC) apontou a oportunidade do momento de consolidação do Plano de Metas. A Sra. **Maria Luiza** (SMS) reiterou que precisa do aval do gabinete para a liberação de números e esclareceu que 1. o número de 2000 testes é referente apenas ao Pelezão; 2. que os óbitos de covid são considerados após diagnóstico do cadáver; 3. que as pessoas em situação de rua podem ser identificadas com o endereço do centro de acolhida e concordou com o campo "situação de rua"; 4. que foi considerado um aumento geral de 30% na população em situação de calçada para segurança da estratégica; 5. que o atendimento por equipamento foi enviado via SEI no início do mês; 6. que os dados dos trabalhadores vacinados tem que ser pedido via COVISA por terem se vacinado majoritariamente diretamente em UBS; 7. que a recusa está sendo estudada pra ver como inserir no sistema de atendimento nas baixas temperaturas; 8. o SIAT Vila Leopoldina pode ser levado como encaminhamento; e agradeceu a equipe do Comitê PopRua pelo trabalho e demanda. Fez coro à fala do Sr. **Alderon** e apresentou a possibilidade de trazer dados referentes apenas a Operação Baixas Temperaturas.

A Sra. **Giulia Patitucci** (SMDHC) agradeceu a fala e propôs a aprovação de ofício para a SMSU, SMSUB e 32 Subprefeituras com relação às Baixas Temperaturas - "Minuta Ofício sobre ações de Zeladoria Urbana em épocas de Baixas Temperaturas" - para ser enviado em nome do Comitê PopRua, que foi unanimemente aprovado.

Encaminhamentos:

1. Enviar atas da extraordinária de abril e da ordinária de maio para conselheiros de governo, sociedade civil e outros participantes presentes nas duas reuniões;
2. Enviar ofício para SMS:
 - a. Questionando o número de testes de Covid realizados na poprua
 - b. Solicitando ampliação da vacinação para poprua não acolhida acima de 18 anos
 - c. Solicitando ampliação das equipes do Consultório na Rua

- d. Solicitando que SMS envie ofício para a Secretaria de Saúde do Governo do Estado tendo em vista que pessoas que não possuem CPF estão sendo cadastradas como imigrantes quando tomam a vacina de Covid, o que gera falsos dados
 - e. Solicitando que SMS envie ofício para o Ministério da Saúde para incluir campo “população em situação de rua” no atestado de óbito ou outras formas de qualificar dados sobre saúde da população em situação de rua
3. Pauta da próxima reunião ordinária: população em situação de rua LGBTI + pedir para SMS trazer dados e informações sobre o tema;
4. Informe para a próxima reunião ordinária: apresentação de relatório atualizado do Cozinha Cidadã;
5. Enviar ofício para SMADS:
 - a. Requerendo monitoramento do número de recusas de acolhimento e também informações qualitativas sobre os motivos das recusas, em quais regiões, etc;
6. Enviar perguntas por e-mail para SMS:
 - a. Óbitos de poprua em hospitais e não apenas acompanhados por equipes de CnR;
 - b. Qual levantamento SMS fez para vacinar a poprua de calçada;
 - c. A população em situação de rua vai tomar a vacina da gripe? Quando?
 - d. Quantos trabalhadores da SMADS que trabalham com poprua foram vacinados? Já foram de todos os Centros de Acolhidas, Núcleos, Centros POPs?
 - e. Como está sendo feita a alta dos hospitais?
 - f. As equipes de consultório na rua tem acesso direto à SEAS/CPAS ou precisa acionar 156 para pedir vaga?
7. Conselho Gestor Centro de Defesa:
 - a. OSC - Titular: Darcy – Movimento Nacional
 - b. OSC – Suplente: Alderon – Rede Rua
 - c. RPR – Titular: Roseli
 - d. RPR – Suplente: Átila
8. Enviar ofício para as 32 Subprefeituras sobre ações de zeladoria urbana nas Baixas Temperaturas